

**Corpo e Poder: a criação do Departamento de Educação Física do Ministério da
Educação e Saúde (1937/1945)**

Dr. Maurício Parada – PUC-Rio/Universidade Salgado de Oliveira

A década de 1930 representou uma mudança nas concepções sobre o corpo e as práticas corporais como até então eram concebidas no Brasil. Apesar dos freqüentes debates promovidos por médicos e pedagogos, não havia uma política pública direcionada para a questão. Com o advento do Estado Novo multiplicaram-se as intervenções sobre o corpo do “homem brasileiro” e o Ministério da Educação e Saúde foi uma das instituições mais ativas na produção de formulações sobre o corpo. Neste processo duas idéias conduziram a construção de uma nova cultura corporal no Brasil: a preocupação com a educação física e a associação entre esporte e civismo.

Em 1931, a Reforma Francisco Campos introduziu a obrigatoriedade da prática de exercícios físicos em todas as classes do ensino secundário; em janeiro de 1937, a reforma do Ministério da Educação e Saúde fez surgir a Divisão de Educação Física, subordinada ao Departamento Nacional de Educação. Com a Constituição de 1937, a educação física - incluindo a formação desportiva - tornou-se obrigatória em todas as escolas primárias, normais e secundárias e para a realização deste atributo constitucional foram realizadas intervenções que transformaram a prática desportiva no país. Neste contexto a DEF passaria a ser um dos principais órgãos federais a produzir diretrizes políticas para o campo.

Nas décadas que antecederam essa ação intervencionista podemos identificar processos que se desenvolviam paralelamente no campo dos esportes e da educação física. De um lado, estava se consolidando a prática desportiva como lazer ou como competição voltada para o entretenimento das massas urbanas. Clubes e associações atléticas, desde o início do século, surgiam como expressão das diversas comunidades - bairros, grupos de imigrantes etc. - que floresciam no ambiente urbano, cada vez mais complexo, das cidades brasileiras. De outro

lado, crescia, entre os militares, médicos higienistas e pedagogos, uma preocupação em torno da prática desportiva. Estes especialistas vão produzir uma interpretação fundamentalmente moral sobre o tema, a prática desportiva como lazer inócuo para as massas ou como fonte de ganhos materiais seria condenada pelos intelectuais das escolas, dos hospitais e das casernas. Para eles o esporte e o aprimoramento físico deveriam estar relacionados a ideais muito mais elevados: seja a melhoria do tipo racial, seja a intensificação do sentimento cívico de dedicação à comunidade nacional.

Podemos acompanhar no campo das formulações morais sobre o esporte o surgimento de dois núcleos distintos de especulações sobre o tema. Em ambos, que não são necessariamente rivais, circulam categorias muito semelhantes - como raça ou consciência cívica. Seus lugares institucionais, no entanto, eram muito distintos.

Entre os militares consolidou-se uma abordagem que tratava o tema do esporte e da educação física como parte do processo de preparação do soldado para a guerra. Os jogos atléticos, pela sua dimensão conflitiva e pelo uso da estratégia e da cooperação, tornavam-se elemento indispensável para formar intelectual e fisicamente o soldado para a defesa da nação. Com estas preocupações e objetivos, o exército brasileiro adotou, em abril de 1921, através do “Regulamento de Instrução Física Militar”, o método francês de educação física, reformulando a maneira de entender e realizar a prática de exercícios físicos nos quartéis. Os regulamentos de origem alemã predominaram nos quartéis até 1920, quando Arnaldo Guinle e Mário Polo publicaram um “Guia Prático de Educação Física” calcado nos princípios da escola de Joinville-le-Pont. Logo a seguir, o Decreto n. 14.784, de 27 de abril de 1921, aprovava o Regulamento de Instrução Física Militar calcado no modelo de Hébert, adaptado às teorias de Joinville. No ano seguinte, sob a orientação direta da Missão Militar Francesa, o regulamento entrava em plena execução. Esta substituição assinala não apenas uma mudança de métodos, mas uma nova concepção doutrinária.

Quatro anos depois, o Curso de Educação Física da Marinha passou a formar monitores para dirigir as atividades físicas nas unidades navais. Em 1929, sob forma experimental, foi criado o Curso Provisório de Educação Física e no ano seguinte foi fundado o Centro Militar de Educação Física que, em 1933, passou a se chamar Escola de Educação Física do Exército, núcleo importante na formação dos primeiros especialistas na área. Em 1932, o decreto n. 21.324, de 27 de abril, legaliza o Método Francês que vinha sendo adotado, aprovando a 1º e 3º partes do Regulamento de Educação Física.¹

A mobilização de médicos e pedagogos com relação ao tema da educação física e dos esportes também foi muito significativa nas primeiras décadas do século XX. No que diz respeito à educação este é o momento em que surge um forte movimento de reforma das práticas pedagógicas, a Escola Nova, que fez da Associação Brasileira de Educação (ABE) um veículo para a divulgação de suas propostas. A ABE, criada em 1924, promovia campanhas educacionais, conferências e festividades com propostas de reformas regeneradoras para a população brasileira. Para os pedagogos da Escola Nova o tema da higiene foi muito importante, para eles a escola deveria ser um local para a formação de hábitos saudáveis e de cuidados com o corpo.

Médicos higienistas e pedagogos escolanovistas, entusiasmados com a capacidade civilizadora da prática escolar, encontraram na reflexão sobre a educação física um ponto comum nos seus projetos de regeneração da “raça”. As perspectivas civilizacionais oferecidas pela educação física fascinaram alguns médicos e educadores deste início de século XX, produzindo uma versão científica e civil para a abordagem da disciplina, na qual a psicologia infantil, a sociologia, além da pedagogia e das ciências médicas cruzavam-se, criando um fértil campo de saberes. Os técnicos que formaram os primeiros quadros da Divisão de Educação Física do MES emergiram desta configuração específica do campo. Assim sendo, a preocupação com a formação do homem nacional, presente nos principais debates da época, foi transposta para o campo da prática desportiva e da educação física.

Mesmo contando com diversos militares, o grupo de técnicos do Ministério da Educação e Saúde não era uma extensão da Escola de Educação Física do Exército. Ao contrário, coube aos técnicos do MES a montagem de uma rede de instituições civis que permitissem a intervenção do Estado sem que isso significasse uma militarização da sociedade, que mesmo entre certos setores do exército não era vista com bons olhos.

Em 13 de janeiro de 1937, a Lei nº 378 deu nova organização ao Ministério da Educação e Saúde criando a Divisão de Educação Física, subordinada ao Departamento Nacional de Educação, pela qual, de acordo com o artigo 12 “correrá a administração das atividades relacionadas à educação física”. Nomeado em maio, o Diretor da DEF, Major João Barbosa Leite, sugeriu a adoção de várias medidas a serem executadas com o objetivo de ampliar as condições de atuação da DEF, entre as quais um entendimento com o Ministério da Guerra para obter a ampliação dos cursos de médicos e professores civis, na Escola de Educação Física do Exército, de modo a formar o maior número de especialistas possível, no menor prazo, e ainda o funcionamento de cursos de férias, na mesma Escola, para professores de educação física com curso desta especialidade feito em escolas estaduais e municipais, com o objetivo de uniformizar o método em todo o país

A preocupação do diretor da DEF era visivelmente a formação de quadros para a realização das tarefas sob sua incumbência, estava claro a fragilidade do campo neste momento, com poucos especialistas civis com formação adequada. A dependência das instituições militares era uma questão que deveria ser enfrentada em curto prazo, sendo o ministério capaz de formar seus próprios quadros na área da educação física. Em outubro deste mesmo ano, a Divisão de Educação Física apresentou um Plano Geral de Propaganda da Educação Física, que abrangia ações de divulgação em diversos veículos, desde o cinema até as publicações impressas, passando pela realização de concursos e a produção de cartazes. O projeto de divulgação nunca foi posto em execução na sua plenitude, apenas algumas ações

foram, ao longo do tempo, se tornando possíveis, como por exemplo a publicação do Boletim de Educação Física e mais tarde a Revista Brasileira de Educação Física.

A partir de 1938, já sob a nova constituição, a Divisão de Educação Física passou a atuar com mais autoridade e empenho. Suas ações passaram a se dirigir para algumas prioridades que se tornarão uma constante no planejamento de seus projetos de intervenção. A DEF passará a agir como um órgão doutrinário, definindo as linhas gerais das políticas públicas para a área e garantindo seu cumprimento. Entre 1937 e 1945, a DEF vai propor constantes reformas na legislação sobre a educação física, procurando transformar em lei os seus projetos; além disso, atuará como um agente formador de quadros (professores, técnicos, médicos, fisioterapeutas) e como fiscal, perante as escolas e o professorado, das normas e diretrizes doutrinárias definidas pela própria DEF.

Dentro deste quadro de montagem de uma estrutura civil criado pelo Ministério da Educação e Saúde, dois momentos são de especial relevância. Em primeiro lugar, a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos na Universidade do Brasil, em 1939, fruto dos esforços dos técnicos do MES. A ENEFD constituiu-se em um marco dentro do campo da Educação Física, especialmente nos moldes propostos pelo projeto nacionalista do Estado Novo. A principal tarefa desta instituição foi a formulação de um método nacional para a educação física, pois “nunca, de acordo com o temperamento do povo brasileiro, um método estrangeiro, qualquer que seja o seu rótulo, poderá ser por nós considerado nacional, da mesma forma que jamais adotaremos uma constituição estrangeira, por melhores que fossem seus fundamentos”². As referências ao *temperamento* e a definição binária entre *nacional* e *estrangeiro*, feita a partir de um exemplo político (a adoção de modelo de cidadania constitucional), demonstravam que em jogo estava a construção do “povo brasileiro” como sujeito físico e moral.

Igualmente relevante foi a criação, em 1944, da Revista Brasileira de Educação Física. Esta publicação deu continuidade ao Boletim de Educação Física, que reunia a produção dos

técnicos do ministério. O Boletim trazia as conferências, relatórios, editais e sumariava as ações desenvolvidas pela Divisão de Educação Física; sua circulação era restrita, aparecendo como uma documentação interna aos órgãos estatais. A Revista Brasileira de Educação Física tinha outro perfil - havia um projeto editorial que procurava atingir o público externo. O nome “revista” era muito apropriado, suas capas eram ilustradas, havia publicidade nas suas páginas (Casas Pernambucanas, Maizena, lojas de artigos esportivos etc.), ao mesmo tempo em que eram publicados artigos de especialistas, estudos e relatórios dos técnicos da estrutura civil de atuação na área de educação física.

Inezil Penna Marinho, o principal intelectual entre os inspetores da DEF, fez uma avaliação da progressiva montagem da rede de instituições ligadas à Divisão de Educação Física entre 1937 e dezembro de 1944 em conferência realizada no auditório da Associação Brasileira de Imprensa a convite do Instituto Nacional de Ciência Política e transcrita pela Revista Brasileira de Educação Física. Segundo o autor, a educação física no Brasil “progrediu muito nos últimos sete anos”, mas o número de técnicos e professores ainda seria insuficiente para as tarefas que a eles se impunham. Impactado pelo envolvimento do Brasil na guerra, Marinho estava convencido de que a educação física era parte essencial do esforço das nações para alcançar a vitória. A guerra não seria travada apenas por máquinas, mas também, e principalmente, por homens que tivessem resistência física e coordenação neuro-muscular para operá-las. Cada professor de educação física seria responsável pela formação dos possíveis soldados da nação desempenhando, assim, um papel importante na segurança do país. O próprio professor de educação física deveria estar convencido de sua importância como um “soldado do Brasil, soldado que luta não apenas em tempo de guerra, mas também na paz , soldado que luta sempre, incessantemente, com o fim de tornar o Brasil de nossos filhos e netos mais forte que os dos nossos pais e avós”³. Com esta missão a cumprir seria um imperativo a constante e incessante formação de técnicos e profissionais da área. Em seu texto

Marinho relatou os principais “progressos” na montagem desta rede de instituições dedicadas a formar e operacionalizar a intervenção “missionária” dos especialistas em educação física.⁴

Acompanhando as palavras de Marinho, o conselho editorial da Revista Brasileira de Educação Física publicou diversas matérias relatando a fundação de algumas destas escolas. A Divisão de Ensino Industrial do MES contava, em 1944, com cerca de vinte escolas, seis delas construídas no ano anterior. Como parte das comemorações pelo aniversário do Estado Novo, Vargas inaugurou em novembro de 1943 a Escola Técnica de Pelotas, considerada um estabelecimento modelar. A descrição feita pela revista do que seria a escola dava ênfase a sua arquitetura e no modo como este ambiente estava destinado a “influir na educação para a saúde”. A escola tinha capacidade para 500 alunos, o que chamava a atenção, segundo o texto, eram suas dependências médicas e desportivas ou todas as áreas dedicadas ao trato do corpo do estudante. Os gabinetes médico e dentário, a enfermaria, o dormitório, os banheiros e o refeitórios estavam dotados dos mais recentes modelos de aparelhos e com as melhores condições de higiene e conforto. A prática da ginástica e do esporte, por sua vez, tinha instalações completas. O texto termina seu relato afirmando que as escolas técnicas correspondiam ao programa educacional do Presidente Vargas por formar o homem nacional não somente ensinando os saberes técnicos e as letras, mas também formando-o nas suas dimensões “física e moral, eugênica e cívica”⁵.

Vemos que a expansão do campo de intervenção ia para muito além das escolas técnicas. A atuação sobre o campo dos esportes também foi intensa. O Estado brasileiro, desde 1937, passou a intervir organizando, apoiando e regulamentando os esportes universitários; incentivando o amadorismo e colaborando na construção de grandes estádios. Os clubes profissionais, vistos com reservas, obtiveram algumas facilidades fiscais e subvenções indiretas. À Divisão de Educação Física coube a organização dos campeonatos colegiais de natação, atletismo, voleibol e basquetebol, além do apoio às iniciativas de alguns governos municipais na organização de competições de educação física entre as escolas.

Como relatou Marinho, a “missão” destinada ao profissional de educação física era extensa, em jogo estava o futuro da nação.. Não se tratava apenas do aprimoramento físico de um indivíduo, mas da melhoria da “raça” e da regeneração da comunidade nacional de sua fraqueza histórica. Para tanto, muitos “missionários” deveriam ser formados.

Analisar alguns aspectos da formação e da atuação deste grupo de intelectuais/burocratas é fundamental para entendermos as concepções encenadas nos desfiles e celebrações públicas realizadas durante o Estado Novo. As grandes cerimônias cívicas produzidas durante esse período voltadas para a juventude foram – na maioria das vezes – lideradas pelos professores de educação física, tanto civis como militares, nesses eventos, onde os temas da eugenia, da segurança nacional se faziam presentes numa pedagogia publicamente espetacularizada, o jovem “sadio”, “disciplinado” e “nacional”, era apresentado como condição da modernização do país. As novas disciplinas escolares – entre elas a educação física - e também as práticas médicas dirigidas à criança compunham um conjunto de estratégias voltadas para a pacificação e a disciplinarização de uma parte da população que, uma vez ordenada, poderia garantir, no futuro, a estabilização do regime e a criação de uma sociedade moderna. O encontro entre a educação física e a prática desportiva com a propaganda política nos permite transitar para um campo em que as preocupações com o corpo físico tornam-se preocupações com a formação do corpo cívico. Nas cerimônias cívicas a Educação Física torna-se uma disciplina moral, fornecendo subsídios para a construção de valores públicos e coletivos como as idéias de disciplina, solidariedade com a comunidade nacional, ordem, saúde e modernidade.

¹ Inezil Penna Marinho. “O conceito bio-sócio-psico-filosófico da Educação Física em oposição ao conceito anátomo-fisiológico” IN *Revista Brasileira de Educação Física*. Ano I, n. 2. Rio de Janeiro: Ed. A Noite. Fevereiro de 1944. p 34

² *Revista Brasileira de Educação Física*. Ano I, n. 7. Rio de Janeiro: Ed. A Noite. Julho de 1944.

³ *ibid.* P5

⁴ Inezil Penna Marinho. “O Estado Nacional e a Educação física” IN *Revista Brasileira de Educação Física*. Ano I, n. 12. Rio de Janeiro: Ed. A Noite. Dezembro de 1944. p. 2

⁵ *Revista Brasileira de Educação Física*. Ano I, n. 12. Rio de Janeiro: Ed. A Noite. Fevereiro de 1944. p. 2